

AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.521.032 - RS (2019/0164015-0)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
AGRAVANTE : UNIÃO
AGRAVADO : JOSE DALPHE DOS PASSOS FARIAS
ADVOGADO : LEONARDO DA COSTA - PR023493
INTERES. : FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA

DECISÃO

Trata-se de Agravo interno, interposto pela UNIÃO, em 30/09/2019, contra decisão de minha lavra, publicada em 13/09/2019, na qual conheci do Agravo para dar provimento ao Recurso Especial manejado por JOSÉ DALPHE DOS PASSOS FARIAS, determinando o retorno dos autos à origem, a fim de que fosse verificada a ocorrência da prescrição, em atenção ao princípio da **actio nata**.

Do exame dos autos, verifica-se que a questão central discutida no Recurso Especial, em síntese, diz respeito ao termo inicial do prazo prescricional em demanda objetivando a condenação por danos morais decorrentes do contato da parte autora com inseticidas utilizados nas campanhas de combate a endemias durante suas atividades laborativas.

Ocorre que a Primeira Seção do STJ, em 04/10/2019, afetou como Recurso Especial Repetitivo, nos Recursos Especiais 1.809.209/DF, 1.809.204/DF e 1.809.043/DF, a questão relativa à "determinação do prazo inicial de prescrição para o ajuizamento de ação em que se busca reparação de dano moral resultante de exposição de servidor público à substância dicloro-difenil-tricloroetano - DDT" (tema 1.023). Além disso, fora determinada a suspensão da tramitação de todos os processos pendentes, individuais ou coletivos, que versem sobre a questão e que tramitem no território nacional.

Considerando que, conforme acima foi ressaltado, o tema controvertido nestes autos refere-se à matéria afetada, o julgamento imediato do recurso seria prematuro, e, desse modo, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem, para que, uma vez concluído, nesta Corte, o julgamento, seja o inconformismo apreciado na forma do art. 1.040 do CPC/2015.

Ante o exposto, **reconsidero** da decisão de fls. 1.092/1.095e. Determino a devolução do presente feito ao Tribunal de origem, com a devida baixa nesta Corte, para que, após a publicação do acórdão representativo da controvérsia, nos termos do art. 1.040 do CPC/2015, o Recurso Especial: (a) tenha seguimento negado, se o acórdão recorrido coincidir com a orientação do STJ, ou (b) tenha novo exame, na origem, se o acórdão recorrido contrariar a orientação desta Corte.

I.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUETE MAGALHÃES

Relatora